

A soberania brasileira no Atlântico Sul

Fernanda das Graças Corrêa¹

Resumo: Este trabalho analisa a construção de submarinos nucleares a fim de incentivar a comunidade científica a repensar este reaparelhamento naval em termos de desenvolvimento, independência tecnológica, segurança e defesa nacional futura, refletindo sobre a atual conjuntura político-econômico-estratégica internacional, as novas necessidades do mercado mundial e a canalização dos interesses exclusivamente brasileiros, garantindo assim, a soberania brasileira no Atlântico-sul.

Palavras-chave: História Política – História Militar - Poder Naval.

Abstract: This work analyzes the construction of nuclear submarines in order to stimulate the scientific community to rethink this naval equipment replacement in development terms, technological independence, security and future national defense, reflecting on the current international politician-economic-strategic conjuncture, the new necessities of the world-wide market and the canalization of the exclusively Brazilian interests, thus guaranteeing, the Brazilian sovereignty in the Atlantic-south.

Key-words: Politics History - Military History - Naval Force.

A visão político-estratégica do Atlântico-sul

Este trabalho propõe a análise do reaparelhamento naval, focando a construção de submarinos nucleares brasileiros, como uma possível via estratégica do poder nacional para garantir a soberania brasileira no Atlântico Sul.

O fim da Segunda Guerra Mundial e o avanço tecnológico permitiram que a cada dia aumentasse o conhecimento sobre o potencial das riquezas marítimas, direcionando a humanidade a um novo ordenamento jurídico e a uma nova consciência político, social e econômico e estratégica da parte sul do oceano Atlântico.

O Atlântico Sul é um direito e um privilégio naturalmente brasileiro, e as riquezas marítimas localizadas nas suas profundezas tornam irremediáveis a tomada de consciência sobre a sua utilização e, principalmente, a sua proteção.

O que caracteriza um país estrangeiro ser considerado uma ameaça à ordem nacional é a sua capacidade bélica e os argumentos que este utiliza dentro de seu próprio território. Sendo assim, torna-se crucial na pós-modernidade, diante da dependência mundial político-econômica do petróleo e de seus derivados, e do enriquecimento de urânio por

¹ Mestranda em História Comparada, com ênfase em Defesa e Segurança Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Pró-Defesa.

potências politicamente instáveis, o poder nacional aliar-se ao poder naval para encontrar meios disponíveis, sejam recursos financeiros e/ou armamentos, a fim de reforçar a soberania brasileira, defender os interesses econômicos e disponibilizar soluções pacíficas para as futuras e prováveis querelas no Atlântico Sul.

O Brasil é um país tradicionalmente pacífico, e por isso mesmo não pôde contar com muitas experiências de guerras. Mesmo que não houvesse armamentos, conflitos não iriam deixar de existir. O Brasil esperou muito tempo para encontrar e explorar suas riquezas naturais, e não se pode garantir que interesses e interferências externas possam tentar se aproveitar dessas riquezas, sem que o país esteja preparado para a sua defesa. Não é por inexperiência bélica que um país do tamanho do Brasil não possa se armar. Também não podemos garantir que países estrangeiros cobicem as riquezas naturais brasileiras, haja visto os vários problemas de invasão à Amazônia, como a questão das patentes de remédios japoneses feito à base de ervas medicinais amazônicas, ou o próprio desmatamento, sendo esse mais um problema interno do que externo.

A Amazônia Azul é a nova riqueza do país.

O Brasil firmou a Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar em 10 de dezembro de 1982, em Montego Bay, na Jamaica. A Convenção entrou em vigor, internacionalmente, no dia 16 de novembro de 1994. O Brasil apresentou à Comissão de Limites das Nações Unidas pleitos sobre o prolongamento da plataforma continental. Nesse prolongamento o país teria direito à exploração e à exploração dos recursos do solo e subsolo, mas não teria direitos sobre os recursos vivos da parte líquida. O Brasil incorporaria uma área de cerca de 900.000 km² à jurisdição nacional. Somando as áreas já adquiridas com essa incorporação, o limite brasileiro equivaleria à uns 4.400.000 km². Essa área corresponderia à metade do território terrestre brasileiro. Visto que o Brasil não tem nenhum problema com fronteiras, ele se torna o único país da América do Sul a ter a permissão do prolongamento de sua plataforma continental. O Governo Federal e a Petrobrás vêm a anos recolhendo dados para pleitear esse prolongamento.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 proíbe definitivamente, em seu Artigo 21, a utilização da energia nuclear para fins que não sejam exclusivamente pacíficos. Países como os Estados Unidos têm sido veementes em atencionar às Nações Unidas sobre os perigos de uma corrida armamentista na América Latina, caso permita que o Governo brasileiro construa armamento nuclear.

Se o Brasil não se preparar, é fato que seremos obrigados a conviver com nações explorando nossas riquezas adjacentes à Plataforma Continental Jurídica Brasileira, sem a participação do Governo e de empresas brasileiras.

Tão importante quanto delimitar as fronteiras brasileiras à leste, é garantir a soberania brasileira na Amazônia Azul. É importante que se mantenha uma constante vigilância. Esta ação recai sobre a tarefa constitucional da Marinha do Brasil em patrulhar as suas águas jurisdicionais. Assim sendo, ao contrário do que vem ocorrendo com as Forças Armadas, é fundamental disponibilizar mais recursos e permitir a renovação dos meios flutuantes. A preparação de meios navais, neste contexto, deve ser encarada como a solução mais coerente, em vista das ameaças esperadas e dos custos envolvidos.

A produção de navios e a capacidade de ter frota própria é uma necessidade estratégica do Governo brasileiro para não só defender a soberania nacional de futuros e prováveis contendidas na parte sul do oceano Atlântico como dar os primeiros passos em direção ao desenvolvimento e a independência tecnológica do país.

A concepção estratégica prevalente para o Brasil, que possui entre as principais condicionantes, o orçamento de defesa limitado, é a de possuir meios capazes, não de derrotar qualquer adversário, mas para propor uma maior reflexão sobre a ação do possível agressor e para impor um custo elevado a uma eventual opção militar que, por ventura, este deseja tomar, dissuadindo agressões e incentivando a solução pacífica das controvérsias.

A construção de submarinos nucleares brasileiros e a política dos armamentos nas discussões teórico-metodológicas das relações internacionais

Um dos principais projetos priorizados pela Marinha de Guerra e pelo Programa Nuclear brasileiro é a construção de um submarino nuclear inteiramente brasileiro. Os submarinos nucleares, além de gerarem energia própria independente da atmosfera, podem permanecer submersos muito mais tempo, além de serem extremamente rápidos se comparados com as outras opções do Governo Federal.

A possibilidade do Governo brasileiro desenvolver e construir um reator nuclear para ser utilizados em submarinos começou a ser cogitada em pela Marinha de Guerra na década de 70. A Marinha do Brasil passou a trabalhar no desenvolvimento do ciclo do combustível e do reator a partir de 1979.

O Projeto da Instalação Nuclear à Água Pressurizada faz parte do Programa Nuclear da Marinha. Este projeto teve por objetivo construir o reator nuclear, do tipo Pressurized Water Reator (PWR), o qual será empregado em sistemas de propulsão naval. A

construção do reator nuclear e o protótipo do submarino foram obtidos em 2006. O reator e o ciclo do combustível nuclear estão localizados no centro experimental Aramar, em São Paulo. Ambos estão sob a supervisão do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo, em Iperó.

A construção de submarinos nucleares brasileiros faz parte da política dos armamentos. Esta representa o instrumento com que os Estados desenvolvem a sua estratégia. As armas podem até ser usadas, mas na maioria dos casos, basta apenas serem exibidas para obter a adequação da vontade do adversário ao objetivo prefixado. Generalizando, a estratégia é a programação a longo prazo do uso de instrumentos políticos e militares na condução de conflitos internacionais. A estratégia não se concretiza apenas no uso da violência material, há meios de coagir o inimigo por via de ações indiretas, como o próprio estrategista britânico Liddell Hart, que defendia que para um Estado conquistar os seus objetivos pela guerra é necessário que modifique a vontade do inimigo, de acordo com sua própria política. Na vontade humana residem a origem e a mola-mestre do conflito. Quem já viveu a guerra na frente de combate não pode deixar de procurar evitar qualquer derramamento de sangue desnecessário. Em lugar de atribuir importância excessiva a um instrumento, que as circunstâncias podem tornar ineficiente, é mais sábio escolher e aplicar os que sejam mais adequados, mais penetrantes e mais econômicos, para subjugar a vontade do adversário, com um custo menor e sem maiores prejuízos para os problemas de pós-guerra. Sendo assim a vitória mais decisiva não tem valor, se para obtê-la, a nação tiver que ser sangrada até a morte. Hart ainda apóia Lenine, que afirmou que a estratégia mais segura na guerra é aquela que pretende retardar as operações até que a desintegração moral do inimigo torne seu desencadeamento um golpe ao mesmo tempo possível e fácil. Ele apela para o desgaste e/ou para a guerra psicológica.

Mas, foi com Carl Von Clausewitz que a estratégia deixa de ser uma técnica a serviço do interesse militar para ser ciência subsidiária das relações internacionais. Segundo ele, a guerra é a continuação política por outros meios. A guerra é um ato de violência destinado a compelir o seu oponente a realizar seus desejos. O Estado promove a guerra para atingir seus objetivos políticos. Uma das razões primárias da existência do Estado é a proteção de seus cidadãos, portanto, a guerra poderia ocorrer para proteger um país da ameaça oferecida por outro Estado. Assim a disputa por um determinado território ou o interesse econômico são também outras motivações que podem conduzir a guerra.

Uma analogia histórica permite perceber que a passagem do mundo medieval para o Estado moderno se fez através da racionalização da gestão do poder e da própria organização política imposta pela evolução das condições históricas e materiais.

O Estado policêntrico medieval, ou seja, determinado pelas associações pessoais dos senhorios feudais, passou por um processo de racionalização do poder político e dos avanços e da mudança de necessidades do homem medieval, para um Estado focalizado em si, que sentia a necessidade de se legitimar criando regras e garantindo uma hierarquização e submissão ao poder político, centralizado e corporificado na figura do Estado. O território que antes abrangia uma definição geofísica adquire uma definição política. Em definição geral, o Estado é apenas um ordenamento político, surgido na Europa a partir do século XIII até fins do século XVIII ou início do século XIX. Para o sociólogo alemão Max Weber, o caráter da centralização se faz através do monopólio da força legítima, numa instância tendencialmente unitária e exclusiva. Nasce a aí o Estado territorial institucional, vulgo Estado Moderno.

A visão realista do Estado territorial institucional se realiza na supremacia do poder político sobre o poder social e econômico. Dessa maneira, o poder político apesar de nascer das relações sociais, é o determinante da centralização do poder. A unidade de comando, a territorialidade do mesmo, o seu exercício através de um corpo qualificado de auxiliares são exigências de segurança e de eficiência para os estratos de população que de uma parte não conseguem desenvolver suas relações sociais e econômicas no esquema das antigas estruturas organizacionais e por outra individualizam, com clareza, na persistência do conflito social, o maior obstáculo à própria afirmação.

No realismo, todos os Estados devem estar prontos para fazer a guerra; e somente assim, através da força, é que a segurança poderia ser alcançada. Dentro desta perspectiva, da questão da segurança internacional, retorna-se a questão do armamento. Este passou a ser referência de segurança, destinando-se a garantir a manutenção da ordem e da paz.

Com a crise do Estado moderno, a esfera da legitimidade passa a ser a esfera da legalidade. O mesmo poder liberal que legitimou o Estado moderno, o derrubou. O bem-estar deixa de ser função declaradamente fiscal e político-econômica para ser um processo gradativo de integração social. O Estado moderno passa neste momento a sofrer fortes críticas e a buscar a superação da questão do poder.

O realismo do Pós-Primeira Guerra Mundial nasce resgatando as idéias de realistas clássicos, como Maquiavel e Hobbes, como uma reação à falha empírica do idealismo dos intelectuais modernos ao permitir que se florescesse a violência, o nacionalismo e agressão internacional, principalmente a partir da 1ª Guerra Mundial, e com o insucesso da Liga das Nações. Diante desses erros, houve uma reação intelectual Pós-Segunda Guerra Mundial vinda de muitos realistas como o historiador-diplomata Edward Hallett Carr, o teórico Hans Morgenthau, e o teólogo protestante norte-americano Reinhold Niebuhr. Ambos

promoveram críticas à corrente internacionalista liberal, que predominou no período Pós-Primeira Guerra Mundial, dando um passo decisivo na definição do realismo como linha interpretativa das relações internacionais.

Para Edward Hallett Carr o que importa na relação entre os Estados é o poder. Ele defende que somente os Estados mais fortes e mais bem preparados se matem no sistema internacional. Ao defender o neo-realista, afirma que o poder econômico está subordinado ao poder político. Todo Estado está dirigido para a guerra como seu último recurso de sobrevivência. A força militar é aquela que garante a sobrevivência do Estado, ao passo que a força econômica é complementar e está subordinada aos objetivos da política do Estado. Ela apóia a existência deste, além de ser um importante mecanismo de dominação em relação a outros Estados; porém, sempre submetida ao objetivo primário das preferências políticas deles.

Hans Morgenthau investiga as relações entre as nações e as forças que envolvem esse relacionamento. Para ele só se alcançaria a paz mundial por um mecanismo de equilíbrio de poder. A política internacional independe da economia ou do direito, ela tem suas próprias lógicas e leis. Para ele, o poder não se limita ao exercício da violência física, mas ele reconhece que no cenário internacional, o exercício desse poder torna-se fundamental para entender a força política de uma nação. Morgenthau considera ainda que os chefes de Estado agem de maneira racional em busca da realização de interesses nacionais.

Reinhold Niebuhr vincula a luta pelo poder entre os Estados à natureza do homem. Parte da concepção bíblica do homem como um ser denegrido pelo pecado original. Toda política externa que se apóie em princípios morais universais, ignorando a natural vontade de poder do homem, só pode ser considerada hipócrita e contraproducente, porque ao invés de promover a paz, estimula a guerra. Alguns historiadores como o historiador norte-americano George Kennan consideram Reinhold Niebuhr o pai de todos os teóricos realistas norte-americanos.

Tanto Niebuhr quanto Morgenthau afirmam como princípios do realismo contemporâneo que é a natureza humana que está na origem do comportamento político dos Estados e que nas relações internacionais não há lugar para considerações de ordem moral. Muitos cientistas, como Raymond Aron e Kenneth Waltz, criticaram o trabalho de Morgenthau, justamente, por julgar falta de cientificidade em seus trabalhos. A crítica dos neo-realistas aos realistas contemporâneos se concentra em dizer que esses não provêm uma explicação funcionalmente útil para a causa das crises. Para os neo-realistas, o realismo só aponta como solução para as crises a busca da hegemonia de poder por que o sistema

internacional cria seus próprios incentivos para agressão. Por outro lado, os realistas vêem os neo-realistas sem realismo em suas propostas de como conduzir a prática das relações diplomáticas, um academicismo desvirtuado da realidade que proclama o pluralismo como substituto da hegemonia, sem perceber que o pluralismo leva à fragmentação, e que a fragmentação destrói tudo o que a hegemonia tenta preservar: a organização do sistema internacional.

Raymond Aron apesar de julgar falta de cientificidade nos trabalhos de Morgenthau, corrobora com os realistas ao afirmar que para uma guerra poder ocorrer entre os Estados, a segurança nem sempre é a prioridade. Muitos indivíduos sacrificam suas vidas em busca da glória, e em última instância a sobrevivência. Os indivíduos ambicionam ser poderosos, sendo capazes de impor sua vontade aos vizinhos e rivais, de influenciar o destino da humanidade e o desenvolvimento da civilização. Tal como Tucídides ao afirmar que não foi a riqueza e o potencial bélico que determinaria a vitória na guerra travada contra Esparta. Embora Esparta não tivesse sua riqueza, ela estruturou sua sociedade com bem menos magistrados que Atenas, e estava sempre pronta para a guerra.

Em meio as suas críticas e a crise pela qual passava mais uma vez a corrente realista, ela ganhou vida através do teórico britânico Kenneth Waltz. Este procura recobrar o brio analítico do realismo introduzindo mais rigor no dispositivo conceitual e, ao mesmo tempo, depurando a idéia de Morgenthau de que o comportamento dos Estados no meio internacional constitui uma projeção da natureza humana. Kenneth Waltz designa o que a natureza humana possui de demasiado amplo e vago. “Seu princípio é propriamente ontológico: cada ser é, em sua determinação e fundamento, a negação de outros. A mera existência das entidades políticas territoriais obriga cada Estado a zelar pela própria segurança e a antecipar por razão estratégica a ação dos iguais” (WALTZ, 2004).

O núcleo de sua teoria realista é constituído pela estrutura do sistema internacional. A estrutura é constituída, segundo o mesmo, por unidades autônomas e iguais, que são os Estados. A característica mais importante desta estrutura é a anarquia determinada pela desigual distribuição do poder, o que leva as unidades que a compõem a usar todos os meios disponíveis para garantir sua segurança. Diferentemente de Morgenthau, para quem o Estado se comporta sempre voltado para aumentar seu poder, Waltz argumenta que o objetivo do Estado consiste em apenas sobreviver, razão pela qual procura maximizar sua segurança. O neo-realismo tem como enfoque de seu estudo o sistema internacional, diferente do realismo que tem como canal o Estado.

O reaparelhamento naval, tendo como foco de estudo a construção de submarinos nucleares inteiramente brasileiros, tendo como finalidade a prevalência da soberania brasileira no Atlântico Sul segue a linha neo-realista de Kenneth Waltz. Esta busca solucionar a problemática que está em torno desta construção, valendo-se dela como uma questão de sobrevivência do Estado, na ausência de um órgão que o represente no sistema internacional. Os realistas clássicos como Maquiavel, Tucídides e Thomas Hobbes, e os neo-realistas como Raymond Aron e Kenneth Waltz concordam que a sobrevivência é a maior paixão que o homem pode ter, e por ela ele dispõe de todos os meios possíveis para permanecer vivo.

Referências bibliográficas:

ALVES, Vagner Camilo. **O Brasil e Segunda Guerra Mundial: um Envolvimento Forçado**. Rio de Janeiro: Ed. PUC – Rio, 2002.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: Universidade de Brasília, 1979.

BARROS, José D' Assunção. **Campo da História: Especialidades e Abordagens**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

CAMINHA, Herick Marques. **História Administrativa do Brasil: Organização Política e Administrativa da República**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1990.

CAMINHA, João Carlos Gonçalves. **História Marítima**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CARR, Edward H. **Vinte Anos de Crise 1919 – 1939**. Londres: Macmillan Press, 1981.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

HART, B. H. Liddell. **As Grandes Guerras da História**. (?) : Ibrasa, 1982.

JAGUARIBE, Hélio. **O Novo Cenário Internacional: Conjunto de Estudos**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

LAFER, Celso. **A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

MACHIAVELLI, Nicoló. **Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio**. Brasília: Universidade de Brasília, 1979.

MOREIRA, Neiva. **Ação Naval no Atlântico-Sul**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1951.

MORGENTHAU, Hans. **A Política Entre as Nações**. São Paulo: Imprensa Oficial; Brasília: Editora da UnB, 2003

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MOURA, Gerson. **Sucessos e Ilusões**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SARFATI, Gilberto. **Teorias de Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva 2006.

SCHIERA, Pierangelo. **"Estado moderno"** In BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., PASQUINO, G. (orgs.)

SILVA, Guilherme. GONÇALVES, Williams. **Dicionário de Relações Internacionais**. São Paulo: Manole, 2005.

SOROS, George. **A Crise do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

VIDIGAL, Armando A. F. **Conflitos no Atlântico-Sul**. Rio de Janeiro: EGN, 1985.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Gradiva, 2002.

WALTZ, Kenneth. **O Homem, o Estado e a Guerra: Uma análise Teórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Revista da Associação Brasileira de Engenharia Militar**. Edição 2004.